

Itamar cede às pressões e muda rolagem da dívida

CORREIO BRAZILIENSE

O Governo recuou na proposta de rolagem da dívida dos estados e municípios com a União e cedeu às pressões dos governadores para garantir a aprovação do projeto de ajuste fiscal. O projeto de rolagem da dívida, que seria enviado, segunda-feira ao Congresso, só será encaminhado ao Legislativo na próxima terça-feira depois que novo texto for aprovado pelo ministro do Planejamento e Fazenda, Paulo Haddad, e pelos governadores de estado.

Após uma reunião com os secretários estaduais de Fazenda e alguns governadores, anteontem, o ministro Paulo Haddad negou qualquer vinculação entre o projeto de rolagem e o projeto de ajuste fiscal. "Há uma perfeita autonomia entre os dois projetos", afirmou Haddad. Mas ao deixar o Ministério da Fazenda, o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, deixou clara a posição dos estados. "Se o Governo quer resolver a sua situação com o ajuste fiscal tem que levar em conta, também, a situação financeira dos estados", explicou o governador gaúcho.

Para não deixar dúvidas sobre a ligação entre os assuntos, o presidente da Comissão do Ajuste Fis-

cal da Câmara dos Deputados, deputado José Dutra (PMDB-AM), apareceu na reunião, acompanhando o governador Gilberto Mestrinho, e foi explícito. "O Governo não conseguirá aprovar o ajuste fiscal, se o projeto de rolagem da dívida dos estados não atender os governadores", destacou. O Governo acabou aceitando duas propostas que alteraram profundamente o projeto divulgado sábado, no Palácio do Planalto, pelo ministro do Planejamento e Fazenda, Paulo Haddad.

Vantagens — Agora, além da dívida contratual com as instituições financeiras federais, os estados mais endividados poderão incluir no limite de comprometimento da receita líquida os 17 por cento do serviço da dívida mobiliária que resgatam atualmente. Outra vantagem para os estados foi o Governo ter concordado em reduzir para sete por cento, no primeiro ano, e dez por cento, no segundo ano, o limite de comprometimento das suas receitas líquidas com o pagamento da dívida.

O projeto original do Governo estabelecia os limites em 11 por cento no primeiro ano e 15 por cento no segundo ano, como dis-

põe a Resolução 86 do Senado. Além disso, os estados conseguiram que a apuração dos saldos devedores seja feita até 28 de fevereiro de 1993, e não 31 de dezembro de 1992, como estava no projeto original. Os governadores também querem reduzir o percentual obrigatório de resgate de suas dívidas mobiliárias, de 17 para 12 por cento dos títulos vencidos.

Diante da reviravolta no projeto, foi suspensa a cerimônia dos governadores de estado no Palácio do Planalto. No Ministério da Fazenda, só estiveram presentes os governadores do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, do Pará, Jader Barbalho, do Amazonas, Gilberto Mestrinho, do Mato Grosso, Jaime Campos, e do Maranhão, Edson Lobão.

Outros pontos do projeto que serão revistos: a exclusão do artigo sobre o setor elétrico que deverá ter uma negociação em separado, das operações de adiantamento de receita orçamentária (ARO), já que alguns estados não honraram seus compromissos e da dívida ativa, para evitar o mesmo tratamento para o setor privado.